

ECONOMIA E PODER: A FORMAÇÃO DA BURGUESIA CACAUEIRA DA BAHIA.

MARICÉLIA CARDOSO MATOS NEVES

A discussão sobre a organização da sociedade em castas ou classes é bastante antiga, e o problema nunca foi tão atual nos debates entre filósofos, pensadores políticos, sociólogos e historiadores, que percebem a importância desse aspecto da vida social. Na República, Platão já sugeria uma forma de dividir a sociedade, sendo que os dois últimos séculos acentuaram a relevância da estratificação social para a compreensão e explicação das relações entre os homens.

Nesse trabalho, abordaremos a questão da formação da burguesia cacauzeira da Bahia, e como essa burguesia se organizou e se solidificou reivindicando seus direitos de classe dominante, dentro da hierarquia social do Estado. Para analisar e compreender a formação dessa classe, adotamos a linha teórica do sociólogo Pierre Bourdier.

Segundo Bourdier, a classe social não é apenas vista como um elemento que existiria em si mesmo sem manter uma co-relação com elementos qualificados já coexistente e sim, constituinte por sua integração em uma estrutura onde observamos que a ignorância das determinações específicas que uma classe social recebe da outra classe pode nos levar a estabelecer falsas identificações e omissão em analogias reais. Segundo Marx quando fala do objetivismo, ou quando Weber atribui a cada classe ou grupo um status, ambos dão por definido o questionamento das condições da comparabilidade de partes, de estruturas diferentes e veracidade das leis gerais da sociologia.¹

O estabelecimento de proposições nos aspectos gerais, transculturais e transistóricas não resultará em aproximação de casos isolados do contexto histórico e social em que estão inseridos, a comparação só deve ser viabilizada somente entre estruturas equivalentes ou em partes estruturalmente equivalentes das mesmas. O indivíduo ou grupo

¹ BOURDIER, Pierre. "Condição de classe e posição de classe". In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 5-6.

na estrutura social não pode jamais ser definido apenas de um ponto de vista estritamente estático em posição relativa, superior, média ou inferior relacionada em uma estrutura ou em um dado momento, delineando um trajeto social. ²

Uma classe jamais pode ser definida apenas por sua situação e por sua posição na estrutura social, isto é, pelas relações que mantém objetivamente com outras classes sociais. Inúmeras propriedades de uma classe social provêm do fato de que seus membros se envolvem deliberadamente ou objetivamente em relações simbólicas com os indivíduos das outras classes, e com isso exprimem diferenças de situações e de posição segundo uma lógica sistemática, tendo transmutá-la em distinções significante. Bourdier afirma que os grupos de status se definem menos por um ter do que por um ser, irredutível a seu ter, menos pela posse pura e simples de bens do que por certa maneira de usar estes bens, pois a busca da distinção pode introduzir uma forma inimitável de raridade da arte de bem consumir capaz de tornar raro o bem de consumo mais trivial. ³

O autor afirma também, que as diferenças propriamente econômicas são duplicadas pelas distinções simbólicas na maneira de usufruir estes bens, ou melhor, através do consumo, e mais, através do consumo simbólico ou ostentatório que transmuta os bens em signos, a diferenças de fato em distinções significantes, ou, para falar como lingüistas, em valores, privilegiando a maneira, a forma da ação ou do objeto em detrimento de sua função. É, portanto, natural que, a exemplo das sociedades tradicionais, os grupos de status imponham aos que neles desejam participar, além de modelos de comportamento, modelos da modalidade dos comportamentos, ou seja, regras convencionais que definem a maneira justa de executar os modelos.

Assim, segundo Bourdier é preciso englobar na simbólica posição de classe não apenas os procedimentos expressivos, isto é, os atos específicos e intencionalmente destinados a exprimir a posição social, mas também o conjunto dos atos sociais que, independentemente do nosso querer ou saber, traduzem ou revelam aos olhos dos outros

² Idem, p. 7.

³ Idem p. 15

e, sobretudo, dos estranhos ao grupo, certa posição na sociedade. Tratar-se-ia, portanto de estabelecer de que maneira a estrutura das relações econômicas pode, ao determinar as condições e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações e as posições dos sujeitos sociais, determinar a estrutura das relações simbólicas que se organizam nos termos de uma lógica irreduzível à lógica das relações econômicas.

2. A burguesia cacauera

A cacauicultura, que se instalou como opção econômica nas comarcas do Sul da Bahia, abriu finalmente os caminhos para seu povoamento. A consolidação da lavoura cacauera como fonte econômica passou a atrair um contingente populacional de diversas origens, de segmentos sócio-econômico e culturais díspares, os quais foram aos poucos se tornando fazendeiros de cacau.

Esse grupo social formado durante as primeiras décadas do século XX, representado pelo coronel Antônio Pessoa, estabeleceu novas dinâmicas na sociedade de Ilhéus, aumentou o seu poder aquisitivo e constituiu-se em oposição política à oligarquia que dominava a região até então, representada pela família Sá - coronel Domingos Adami de Sá - formada por descendentes de uma elite colonial, com fortes relações com o Império. Essa família exerceu o domínio político em Ilhéus, por quase um século, nos primeiros anos da República.⁴

A liderança exercida pela família Sá estava pautada principalmente na tradição do seu poder político e econômico, enquanto Pessoa construiu sua liderança com base no caráter moral de sua personalidade. Antigo abolicionista e de origem relativamente modesta, Antônio Pessoa se mostrou como um homem “feito por si”, através do esforço próprio, cujo capital foi construído pelo trabalho, sem auxílio de parentes ricos ou de recursos públicos. Em artigos da imprensa local, considerava-se como a antítese da família Sá, descendente

⁴ RIBEIRO, André Luis Rosa. *Família, Poder e Mito: o município de São Jorge dos Ilhéus (1880-1912)*. Ilhéus: Editus, 2001, p. 155.

de antigos aristocratas escravistas que dominavam a região através da posse de grandes extensões de terra e do controle de diversas instituições, entre as quais a Guarda Nacional.

5

A família Sá e seus descendentes percebiam-se como uma elite branca aristocrata, socialmente superior aos humildes lavradores enriquecidos pelo cultivo do cacau. Assim, os novos-ricos, descendentes de proletários alemães e de afro-brasileiros, não seriam facilmente aceitos como iguais pelas famílias tradicionais. A priori, essa aristocracia ilheense não criou uma relação de identidade com essa nova “elite” regional desprovida de prestígio, os quais nitidamente demarcaram uma identidade própria através do discurso e do simbólico.

Gradualmente, o grupo dos novos ricos encontrou formas de expressar o seu poder social e político. A maioria deixou de residir nas fazendas e construiu palacetes na cidade que, ao lado de seus túmulos, foram os símbolos urbanos mais utilizados para dar visibilidade ao seu prestígio sócio-econômico. O mobiliário das casas e as vestimentas da família eram importados diretamente do Rio de Janeiro e da Europa. A educação formal das novas gerações tornou-se objeto de preocupação dos coronéis emergentes que passaram a enviar seus filhos para as melhores escolas e faculdades de Salvador e do Rio, quando não os enviavam para estudar na Europa.⁶

É necessário salientar que o fenômeno coronelístico, baseado na posse de terras e no prestígio pessoal/familiar esteve presente na formação da burguesia do cacau. Vitor Leal observa que a hegemonia do coronel era exercida especificamente sobre os dependentes de um determinado fazendeiro, que detinha um lote de votos sobre o seu controle.⁷ Contudo, não é possível compreender essa hegemonia de um só coronel em relação a toda região. O poder era fragmentado em diversas áreas de influência individual ou familiar. O

⁵ RIBEIRO, André Luís Rosa. *Memória e Identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacaueira do sul baiano (1880-1950)*. DM (Mestrado em História). FFCH/UFBA, 2003. p. 20.

⁶ Segundo Bourdier, nada mais falso do que acreditar que as ações simbólicas nada significam além delas mesmas: na verdade, elas exprimem sempre a posição social, segundo uma lógica que é à maneira da estrutura social, a lógica da distinção, assim, a linguagem e as roupas, ou melhor, certas maneiras de tratar a linguagem e as roupas, introduzem ou exprimem desvios diferenciais no interior da sociedade, sob forma de signos ou insígnias da condição ou da função. Conseqüentemente, com a língua, o vestuário, enquanto sistema simbólico com função expressiva, obedece à lógica das oposições significativas. (Bourdier, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. p. 17-18).

⁷ LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 1975, p. 25.

agrupamento de fazendeiros nos distritos sob a chefia de um deles e dos chefes distritais, fez cada um desses distritos sofrer influência política de uma ampla quantidade de famílias proprietárias de terras.

Em torno do cacau fundamentou-se o poder e a significação social dos que os explorava – grandes produtores e comerciante-exportadores, os quais souberam retirar da sua exploração vantagens e benefícios, formando e consolidando o que se pode chamar de burguesia cacauera. A formação da burguesia cacauera foi um processo histórico de aproximação entre a elite de fazendeiros ricos que passou a comprar e a vender amêndoas de cacau, e comerciantes exportadores que se transformaram em fazendeiros, donos de terra e, conseqüentemente, produtores dos “frutos de ouro”.⁸

Este foi o quadro onde se inseriu, em princípio, as duas frações dominantes que historicamente tenderiam a formar um grupo único, consolidando-se a partir da constituição de uma base múltipla de interesses – produção, comércio e financiamento. Privilegiados pela posição em que se encontravam, comerciante-produtores souberam retirar vantagens das oscilações da demanda externa, da variação de preços dos transportes, explorando os médios e pequenos produtores.⁹ Formou-se, dentro da sociedade regional, um segmento único de atividade agro-exportadora, cujos interesses, mesmo sendo originalmente divergentes, se apresentavam articulados e baseados em práticas semelhantes.

Conseguindo cada vez mais aumentar o seu rendimento nas exportações baianas, a lavoura do cacau revitalizou a participação da Bahia no comércio internacional e proporcionou o aumento das rendas estaduais, a partir do momento em que, desse produto se recolhia uma parcela expressiva para a receita da Bahia.¹⁰ A dinamização, a partir da cacauicultura, além de favorecer a economia baiana, promove o reordenamento da atividade

⁸FREITAS, Antônio F. Guerreiro de & PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. *Caminhos ao encontro do mundo: A capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul – Ilhéus, 1534-1940*. Ilhéus: Editus, 2001, p.112.

⁹ Para Mills, as ocupações constituem um meio fácil e ostensivo de se chegar a uma compreensão da estratificação. Assim como as fontes de renda, as ocupações são ligadas à posição de classe. Mas, também são relevantes para posição de status e envolve certa relação de poder sobre outra pessoa/grupo. Assim, para compreender as ocupações que constituem qualquer camada social, devemos observar cada uma dessas dimensões correlatas (MILLS, C. W. *Poder e Política*. p. 165).

¹⁰GARCEZ, Angelina Nobre Rolim & FREITAS, Antônio F. Guerreiro de. *Bahia cacauera: um estudo de história recente*. Salvador: UFBA, 1979. p. 20.

produtiva local, e a expansão da fronteira agrícola do sul da Bahia. Essa extensão de zonas produtoras que se localizavam principalmente no eixo Ilhéus - Itabuna e tinham como principais núcleos produtores às áreas de Belmonte, Ilhéus e Canavieiras, abriu uma nova configuração geográfica àquela região ao favorecer o aparecimento de novas cidades, vilas e distritos.

No entanto, com a crescente demanda nos mercados externos, com a comercialização mais regular do cacau, essa lavoura começou a se autofinanciar, pois no seu acelerado crescimento não existiu a menor participação do poder público que incrementasse o seu desenvolvimento. A lavoura, tal qual as outras atividades agro-exportadoras, sempre esteve ligada a processos rotineiros, técnicas agrícolas primitivas, sem o emprego de instrumento e técnicas de beneficiamento que favorecessem uma produção mais racional.

A nova dinâmica da sociedade regional era um fato incontestável. Os diversos segmentos da sociedade concretizaram formas de associações, todas elas representativas de interesses específicos de cada grupo. Contudo, essas novas formas de pensar e agir, não eram suficientes para dar à região, à sua sociedade, a representatividade e os retornos que julgavam merecedores. Daí muitas vezes ter acontecido o envolvimento ideológico de toda sociedade na luta por medidas cuja finalidade era beneficiar apenas uma minoria.

Dessa forma, a burguesia cacauera tentou consolidar sua dominação e percebia claramente que era necessário se fazer representar. A consolidação da burguesia cacauera, através da solidariedade das frações que a formava, reafirmava a hegemonia da mesma em nível regional e a capacitava como fração economicamente dominante na luta pelo poder com as frações burguesas, basicamente situadas no Recôncavo e em Salvador. A luta pelo poder político, a vontade de se transformar em classe hegemônica estadual, se constituiu em meta prioritária dessa classe.

Durante a primeira metade do século XX, um dilema se colocou para a classe dominante regional: quais os mecanismos que poderiam conduzi-la a uma participação junto às elites políticas do Estado, onde poderia expor de forma clara as suas reivindicações e

mais, transformar as prioridades da burguesia cacauzeira em pontos fundamentais da própria política de governo.

Apesar do forte poder econômico, a classe dominante regional não conseguiu se fazer influente nas decisões políticas do Estado. As causas desse isolamento político deve se situar mais na importância social e política dos grupos tradicionais vinculados ao setor açucareiro que se apropriaram do poder, através da constituição de um grupo dirigente que governava segundo os interesses da sociedade canavieira.

Nota-se que a questão fundamental para a classe dominante da região cacauzeira era não expurgar o grupo tradicionalmente hegemônico do Estado, uma tarefa quase impossível, mas estabelecer bases para um domínio em comum, única maneira de atender aos interesses das diversas frações da classe dominante estadual, através de um governo que tanto submetesse as aspirações divergentes das frações principais como as demais classes que formavam a sociedade estadual. De fato, essas aspirações, pelo menos durante as cinco primeiras décadas do século XX, não se transformaram em realidade, contribuindo para a insatisfação regional diante da falta de prestígio político e para a elaboração de um projeto que tornaria a região independente do Estado da Bahia, criando um novo Estado na Federação.